

## POLÍTICA

# “Proselitismo” e “Inquisição”. Direita, bispos e um socialista contra aulas de Cidadania

Educação  
Liliana Borges

**Manifesto pede objecção de consciência para pais e conta com o apoio de Passos Coelho, Cavaco Silva e Sousa Pinto, entre outros**

O que têm em comum o ex-Presidente da República Cavaco Silva, o ex-primeiro-ministro Pedro Passos Coelho, o patriarca de Lisboa, Manuel Clemente, o bispo de Aveiro, António Moiteiro, os ex-presidentes do CDS Adriano Moreira e Ribeiro e Castro, o deputado socialista Sérgio Sousa Pinto, a ex-ministra das Finanças Manuela Ferreira Leite e o advogado José Manuel Júdice? Todos eles são signatários do manifesto *Em defesa das liberdades de educação*, divulgado ontem, e que condena a decisão do Ministério da Educação (suspensa pelo Tribunal de Braga) de chumbar de ano dois irmãos de Vila Nova de Famalicão que, por opção dos pais, faltaram às aulas da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento. Os subscritores consideram “imperativo que as políticas públicas de educação respeitem escrupulosamente a prioridade do direito e dever das mães e pais quanto ao género de educação a dar aos seus filhos” e, por isso, pedem “objecção de consciência das mães e pais quanto à frequência da disciplina de Educação para a Cidadania e o Desenvolvimento, cujos conteúdos, aliás, de facto, muito densificados do ponto de vista das liberdades de educação em matéria cívica e moral, não podem ser impostos à liberdade de consciência”.

“Não estou a defender qualquer posição de direita, esta minha posição é de esquerda e escora-se na posição de Mário Sottomayor Cardia”, deputado do PS à Constituição que se bateu pela proibição constitucional de o Estado “programar a educação e a cultura segundo quaisquer directrizes filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas”, explicou ao PÚBLICO Sérgio Sousa Pinto.

Se não há mais socialistas a subscrever o manifesto, “gostaria de pensar que é porque não foram abordados”, adiantou, considerando que a Cidadania e Desenvolvi-



Passos Coelho e Cavaco são dois dos subscritores

**“Esta minha posição é de esquerda e escora-se na posição de Mário Sottomayor Cardia”**

**Sérgio Sousa Pinto**  
Deputado do PS

mento, “mais do que nociva, é utilizada para proselitismo e doutrinação inútil”. O deputado defende também que a disciplina possa ser facultativa ou volte a ser um conteúdo transversal ao currículo do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, como sucedia antes do anterior Governo mudar a lei.

“A ideia de obrigar dois estudantes a repetir o ano por causa desta disciplina é totalmente desproporcionada e inaceitável”, explicou.

Ao PÚBLICO, José Miguel Júdice, outro dos signatários, destaca que não discorda do programa, mas apenas do seu carácter obrigatório e fala no regresso do espírito da Inquisição e diz que os direitos “não podem ser transformados em algo que tem de ser aceite no limite do irrazoável”. “Vi o programa e discordo completamente que seja obrigatório. Não digo que o conteúdo é correcto ou errado. Digo que é incorrecto e inad-

missível que não haja a possibilidade que diferentes linhas de entendimento possam ter acesso a diferentes linhas de formação”, defende.

O advogado diz não se tratar de um desacordo com o que é ensinado, mas que “seja imposto sem alternativa”, onde “a linha estratégica de informação seja a única” e “não há a possibilidade de as famílias optarem por outra”. E enquanto o programa tem “matéria que é clara e consensual”, existem pontos que não o são e o princípio de objecção de consciência “deve ser protegido”. “Há sectores de esquerda que sempre defenderam objecção de consciência, nomeadamente em relação ao serviço militar, e aqui não o fazem”, nota.

Para José Miguel Júdice, “está a instalar-se uma nova Inquisição, que não tortura e não mata. Mas o que é facto é que não é admissível a divergência. E eu sou contra isso”, diz. “Não estou de acordo que haja um ensino que defina uma teoria, uma ideologia, uma filosofia sem que haja uma alternativa possível.”

Manuela Ferreira Leite limitou-se a dizer ao PÚBLICO: “Se o meu nome consta entre os signatários, é porque concordo com o que lá está.”

São também subscritores David Justino, ex-ministro da Educação, Joaquim Azevedo, membro do Conselho Nacional de Educação, e vários professores e directores de escolas católicas. **com Helena Pereira**

[liliana.borges@publico.pt](mailto:liliana.borges@publico.pt)

## Em defesa da Educação para a Cidadania

Opinião  
Elvira Tristão

Na Lei de Bases da Educação, a educação permanente tem como princípios gerais: a universalidade; a igualdade de oportunidades; a liberdade de ensinar e de aprender; a não sujeição a diretrizes filosóficas, ideológicas, políticas ou religiosas; o direito à criação de escolas particulares e cooperativas. Saliente-se ainda a sua missão: formação de cidadãos capazes de julgarem com espírito crítico o meio social em que se integram e se empenharem na sua transformação progressiva, com espírito democrático e em diálogo e respeito pela opinião dos outros.

Sublinhe-se que a escola pública é “não confessional com salvaguarda da liberdade de consciência, de religião e de culto” (artigo 41.º da CRP). E é neste contexto que a Constituição consagra o direito à objecção de consciência.

Posto isto: como pode alguém questionar a área curricular de Cidadania e Desenvolvimento com base no direito à objecção de consciência?

Atentemos nos objetivos da área curricular: desenvolvimento de competências pessoais e sociais, promoção do pensamento crítico, desenvolvimento da participação ativa, e desenvolvimento de conhecimentos em áreas não formais, nos eixos da atitude cívica individual, do relacionamento interpessoal, e do relacionamento social e intercultural.

Elenquemos os temas: direitos humanos, igualdade de género, interculturalidade, desenvolvimento humano sustentável, educação ambiental, saúde, sexualidade, educação para os media, instituições e participação democrática, literacia financeira e educação para o consumo, risco, segurança rodoviária, empreendedorismo, mundo do trabalho, segurança, defesa e paz, bem-estar animal, e voluntariado.



Por último, trata-se de uma área curricular de matriz interdisciplinar, a desenvolver em metodologia de projeto, visando tornar significativas as aprendizagens ditas formais, através da compreensão, problematização e intervenção na comunidade.

No contexto atual, como é possível colocar em causa a pertinência da Educação para a Cidadania?!

Ainda que admitamos a insuficiente formação dos professores; ou que as práticas corrompem os pressupostos da estratégia para a Educação para a Cidadania e Desenvolvimento; ainda assim, não se compreende que seja posta em causa esta área curricular.

Já no mês de julho havia lamentado que um encarregado de educação alegasse o direito à objecção de consciência para que os seus filhos não frequentassem Cidadania e Desenvolvimento, atropelando o dever de diálogo e negociação com a escola e o direito de os seus educandos formarem as suas próprias convicções.

Soube agora que cerca de 100 personalidades – entre as quais Cavaco Silva, Passos Coelho, dois ex-ministros da Educação do PSD, um bispo e um cardeal patriarca – subscreveram um abaixo-assinado contra a Cidadania e Desenvolvimento. Hesito entre o pânico e a indignação!

Considero que o conjunto dos subscritores representa, por si só, todo um programa ideológico, apesar de alegarem justamente a sua oposição a diretrizes filosóficas, ideológicas, etc.. Saberão, porventura, que a educação nunca será absolutamente neutra, não sendo, contudo, doutrinária?

Concluo, indignando-me com o grau de desinformação dos signatários, que cavalgam uma polémica populista, lesiva para a escola pública, para a Lei de Bases do Sistema Educativo e para a democracia. E interrogo-me se esta polémica não esconderá – isso sim – um programa ideológico da direita conservadora.

**Professora e doutorada em Educação**